

Um Estudo sobre o Potencial Inovador das Políticas de Patrimônio de Joinville (1980-2020)

Gabriel Lima de Castro

193ª Defesa:

25 de maio de 2022

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ilanil Coelho (Orientadora/UNIVILLE)

Prof. Dr. Fernando Cesar Sossai (Coorientadora/UNIVILLE)

Profa. Dra. Giane Maria de Souza (Arquivo Histórico de Joinville)

Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira (UNIVILLE)

Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli (UNIVILLE)

Esta dissertação tem como objetivo analisar o potencial inovador das políticas de patrimônio em Joinville. Tal potencial é aferido qualitativamente a partir do conceito de inovação social. Diferente dos significados que normalmente são mobilizados ao se falar sobre inovação, o conceito de inovação social está ligado intimamente à participação das pessoas na produção e no desfrute dos resultados de uma inovação, sendo empregado em casos que objetivam a solução de problemas sociais relacionados a inclusão, participação, direitos básicos e cidadania. Neste trabalho, tal conceito é articulado com discussões sobre democracia, participação cidadã, cidadania e democracia cultural, identificando o potencial inovador de uma política de patrimônio cultural na sua capacidade de ampliar e qualificar a participação das populações locais na gestão das políticas e bens patrimoniais de sua localidade. Para alcançar os objetivos, esta dissertação parte da seguinte pergunta: em que medida as políticas de proteção do patrimônio empreendidas em Joinville historicamente permitiram e potencializaram o envolvimento e o exercício de cidadania por parte das populações locais na institucionalização e gestão do patrimônio cultural? Em seu desenvolvimento, é construída uma história das políticas de patrimônio do município, dividindo-a cronologicamente em dois períodos. O primeiro, entre as décadas de 1980 e 1990, marcado pela criação da Comissão do Patrimônio

Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural de Joinville, da lei de tombamento, da Fundação Cultural de Joinville e dos primeiros anos da atuação do poder público municipal nas questões do patrimônio cultural. O segundo, entre o ano 1998 (quando volta a funcionar a Comissão de patrimônio após longo hiato) e 2020, período marcado pelos primeiros tombamentos a nível municipal, pela criação do Sistema Municipal de Cultura, do Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville e do Plano Municipal de Cultura. Para tanto, são mobilizadas, além da bibliografia sobre os marcos teóricos já citados, documentação coletada em acervos públicos físicos e digitais e entrevistas orais realizadas com gestores, técnicos e conselheiros envolvidos na gestão pública do patrimônio

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Inovação Social; Políticas de patrimônio; Participação cidadã; Democracia